

ATA NÚMERO 10

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 ABRIL DE 2019

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, pelas vinte horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Carlos Marques da Silva Macedo e Marta Marinho, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: José Luís Gaspar Jorge, Octávia Manuel da Rocha e Freitas Moraes Clemente, Raimundo Magalhães Carvalho, Adriano Teixeira Alves dos Santos, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Hugo Peixoto em substituição de Nuno Queirós e António Ribeiro, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, **Paulo Barreira**, António Ferreira Soares Araújo, Américo Paulo da Silva Ribeiro, **Carlos Alberto Freitas Miranda**, Fernando José Moura e Silva, Maria do Rosário Magalhães Loureiro, Pedro Miguel Varejão Reis, **Miguel Ângelo Teixeira Coelho**, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, **Olívia de Carvalho**, **Abílio Sousa Pinto Neves**, Sara Moreira Machado, José Joaquim Magalhães Teixeira, Inês Brochado Marinho Batista, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, Cândido Augusto Pires Zoio, Carlos Marques da Silva Macedo, Dina Maria Teixeira Coelho, Marta Inês da Costa Marinho, Carlos Alberto Carvalho Machado, Joaquim Augusto Teixeira e Zita Graça Teixeira Pereira.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão substituído por Norberto Gonçalves

CANDEMIL – Ana Sofia Marinho Briga

FREGIM – Sandra Castro Fraga

FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós

GONDAR – António Manuel Teixeira da Silva

GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro

JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira

LOMBA – José Sidónio Vasconcelos

LOUREDO – Alípio Teixeira

LUFREI – António Alexandrino Ferreira de Magalhães

MANCELOS – Carlos César Carvalho

PADRONELO – Armando Coimbra

REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva – Substituída por Luís Carlos Costa Dinis

SALVADOR – Gabriel Edgar Fonseca da Silva Gomes

TELÕES – Domingos Pinheiro

TRAVANCA – Fernando José Teixeira da Cunha

VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo – Substituído por José António Ferreira

VILA CHÃ DO MARÃO – Rui Filipe Silva Coelho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – F
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO
Joaquim Pinheiro - Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI –
Ângelo Magalhães
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRIS-
TINA – Daniel Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO - Faltou
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
FREGUESIA DE VILA MEÃ – Lino dos Santos Macedo – Substituído por Torcato
Fernando Carvalho Ferreira
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cân-
dido Alves Pinheiro.

Pediram a substituição e/ou justificaram a respetiva falta os senhores Deputa-
dos: Pedro Manuel Barros Pereira, que nesta data renunciou ao mandato, tendo sido
substituído definitivamente por Olívia de Carvalho, por ser o elemento a seguir na lista
dos eleitos. Fizeram-no ainda, Carlos António da Silva Carvalho, Sara Maia, Hugo Car-
valho, António Fonseca Brandão e Cláudia Daniela Mota e Silva. Feita a chamada e
verificada a existência de quórum, deu-se dado início aos trabalhos.

Foi dada a conhecer aos presentes a correspondência recebida até esta data.

Os trabalhos continuaram com a análise e discussão da ata da reunião de vinte
e oito de Fevereiro de 2019. Relativamente a esta ata, ninguém solicitou qualquer cor-
reção. De acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo não votaram a
ata por não terem estado presentes na referida reunião os seguintes deputados: Antó-
nio Jorge Vieira Ricardo e Lino dos Santos Macedo.

Da votação da ata resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

De seguida deu entrada na Mesa um VOTO DE PESAR, em memória de Abel
dos Santos Afonso, subscrito por todos os líderes com assento na Assembleia Municip-
al, que a seguir se transcreve na íntegra:

“VOTO DE PESAR

Falecimento de ABEL DOS SANTOS AFONSO (1952 — 2019)

Os Grupos Municipais do PSD, PS, CDS-PP e Independente Grupo de Cidadãos
JPA, na Assembleia Municipal de Amarante, apresentam um sentido VOTO DE PESAR
pelo falecimento de ABEL DOS SANTOS AFONSO, ilustre e reputado médico pneumo-
logista, 67 anos de idade, falecido no passado dia 22 de abril, em Matosinhos, mas
cuja residência foi durante longos anos em Amarante, cidade que escolheu para viver.

ABEL DOS SANTOS AFONSO foi Diretor do Serviço de Pneumologia do Hospi-
tal de Vila Real (hoje Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro), desde a sua
criação, em 1989, até 2016.

Era membro da Sociedade Portuguesa de Pneumologia, cujos órgãos sociais
integrou entre 1998 e 2003.

Fixou residência em Amarante, onde abriu uma clínica.

A par da excelência profissional, foi um reputado cidadão de Amarante, onde,
em simultâneo com a atividade profissional, desenvolveu intensa atividade pública na
sociedade, assumindo, entre 1998 e 2009, o lugar de Membro da Assembleia Municipal
de Amarante.

Homem lúcido e acutilante, era um apaixonado confesso por Amarante e um
defensor acérrimo das causas que a esta diziam respeito.

Pela qualidade da sua intervenção cívica e política em Amarante, as forças polí-
ticas com assento nesta Assembleia Municipal desejam perpetuar a sua memória,
demonstrando enaltecimento e reconhecimento público, e prestar-lhe, com este voto de
pesar, uma singela, mas sentida e justa, homenagem.

As nossas condolências à família.

Amarante, 30 de abril de 2019

Os representantes dos Grupos Municipais,

Pelo PSD: António Ferreira Soares Araújo

Pelo PS: Cândido Zoio

Pelo CDS-PP: Fernando José Moura e Silva

Pelo Grupo de Cidadãos JPA: Norberto Gonçalves”

Lido o Voto de Pesar, foi de imediato guardado um minuto de silêncio em sua memória.

Seguidamente foi dado início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Cumprimento a todos e começo a minha intervenção trazendo aqui um conjunto de questões relacionadas com a segurança:

No início do passado mês, verificou-se a queda de um cedro na Estrada EM312 que liga Amarante à Freguesia de Fridão. É de referir que nos últimos anos se tem vindo a verificar de forma sistemática a queda deste género árvores, particularmente por se encontrarem velhas, secas e podres.

Para além dos cedros, plantados há cerca de 60 anos pela antiga Junta Autónoma das Estradas, existem outras árvores situadas no domínio privado, em que seus troncos e ramos invadem o espaço aéreo sobre a via de circulação, trazendo assim, muita perigosidade à via, provocando uma deficiente visibilidade nas curvas ao longo do seu percurso.

Saliento ainda que a EM312, tem um tráfego considerável de veículos ligeiros, mas também um particular e acentuado tráfego de pesados, designadamente, vindos das empresas do transporte de madeiras dos vários Baldios existentes nesta zona e também, de quando em vez, do transporte pedra oriunda das pedreiras de Mondim de Basto. É ainda, simultaneamente, uma via muito procurada para passeios pedonais e de bicicletas devido à beleza que o enquadramento paisagístico onde se insere apresenta.

Senhor Presidente, solicito, assim, que os serviços do ambiente da Câmara Municipal Amarante, façam uma avaliação técnica das árvores em situação de risco, para que a Câmara Municipal possa rapidamente adotar os procedimentos tidos por convenientes, com vista a garantir a segurança da referida via, evitando deste modo danos nas infraestruturas existentes e assim minimize os perigos para as diferentes circulações que esta via comporta.

Na Assembleia Municipal de Dezembro de 2018, fiz uma intervenção sobre a Segurança Rodoviária no Município. Atendendo que até ao momento ainda não foi possível resolver muitas das situações elencadas por mim naquela data, volto aqui hoje, de uma forma sumária a reforçar as necessidades de se fazerem reparações correntes, em toda malha urbana da cidade de Amarante, no que diz respeito e designadamente:

- Às reduzidas marcações nos pavimentos ou parcialmente inexistentes;
- Ao desgaste quase por completo de sinalização nas faixas laterais das estradas;
- Às passadeiras parcialmente danificadas na sua estrutura e a necessitar de repintura;
- À irregularidade dos pisos;
- Às lombas quebradas;
- À iluminação deficiente, como se verifica na passadeira entre o Edifício do Minipreço e o Edifício do Carvalhido, onde já se verificaram dois atropelamentos.

Ainda no capítulo da rede viária da cidade de Amarante queria dar particular ênfase à existência de um remendo em paralelos, fruto da abertura de uma vala, aqui próximo do local, onde nos encontramos, concretamente na rua de ligação entre os

Paços do Concelho e o Tribunal de Amarante, situação que potencia um impacto visual negativo, e nada favorece a imagem da cidade de Amarante quando visitada.

Considera o Partido Socialista necessário e urgente a reparação desta saliência negativa, situada dentro de um espaço nobre da nossa cidade de Amarante.

Para finalizar esta intervenção, o Partido Socialista não podia deixar de se referir ao anúncio feito pelo Sr. Ministro do Ambiente, João Pedro Matos Fernandes, a propósito da não construção da Barragem de Fridão.

Resolvido que está a questão importante relativa à segurança da cidade de Amarante, novos problemas podem surgir no horizonte do Rio Tâmega, fruto da construção de duas barragens, em sistema de cascata, a montante do território, onde nos encontramos, dos quais queremos destacar os seguintes:

1. Questões de natureza ambiental que devem ser avaliadas;
2. A manutenção do caudal ecológico no sentido de Amarante não se ver privada de água com qualidade no leito do rio.

Sabendo da existência de uma comissão de acompanhamento, eleita por esta Assembleia, a este propósito, em 2009, e desconhecendo-se contudo qualquer atividade desenvolvida dentro do objeto para que foi eleita, vem o Partido Socialista, solicitar v^a exa senhor Presidente, colaboração no sentido diligenciar junto do líderes dos grupos parlamentares, a promoção de uma reunião para a constituição de uma nova comissão de acompanhamento, no sentido obter informação essencial sobre os impactos negativos que decorrem da construção das duas barragens a montante de Amarante, objetivando recolher todos os esclarecimentos necessários sobre as referidas construções.

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse que: “também eu venho falar sobre a barragem e quero dizer ao senhor deputado que percebi as suas palavras e partilho as suas preocupações mas registo agora o facto do PS já querer fazer parte da Comissão de Acompanhamento, porque como sabe não aconteceu em 2010, pois nessa altura o PS não quis juntar-se à Comissão então criada e eleita nesta Assembleia Municipal. Registo esta evolução, até porque este é assunto que a todos nós diz respeito e é da maior relevância. Também queria manifestar a nossa satisfação e alívio pela não construção da barragem de Fridão, felicitando o governo por essa decisão. Penso que em geral, todas as forças políticas locais eram contra a construção da barragem. O PSD foi sempre contra e manteve sempre esta posição coerente. Houve outras forças que se manifestaram de forma mais veemente, como foi o caso do BE aqui de Amarante. Esta decisão tem o nosso contributo, o contributo de nós todos. Quero lembrar muitos outros Amarantinos que fizeram desta não construção uma causa, quer por si próprios, quer integrados em associações ambientais, quer integrados em associações cívicas, como por exemplo a associação cívica PróTâmega. Porém, também partilho da preocupação do senhor deputado, porque apesar desta satisfação importa agora alertar para a necessidade de garantir que a não construção não nos traga problemas em termos de caudal adequado para Amarante para que nomeadamente no verão possamos ter um rio saudável. Portanto, a não construção da barragem é uma vitória para Amarante, mas também tem de ser garantido um caudal adequado em Amarante, nomeadamente no verão”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que o PS em 2009 não fez parte da Comissão de Acompanhamento porque ela só foi criada depois da reunião de líderes. Não momento não é isso que importa. O que importa é que estejamos todos de acordo nesta matéria e na defesa do nosso rio.

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse que: “na altura não estava na Assembleia, mas acredito naquilo que o senhor disse. O senhor deputado manifestou aqui uma posição muito clara acerca do que deve ser feito relativamente à barragem, mas na altura, a Junta de Freguesia de que o senhor deputado fazia parte e da qual era Presidente não manifestou um posição clara contra a barragem, conforme vinha no ofício que a Comissão de Acompanhamento do estudo do impacto ambiental dirigiu ao senhor Presidente da Câmara”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra disse que não quis expressar apenas a sua opinião. De qualquer das formas quer deixar claro que emocionalmente nunca quis que fosse construída a Barragem de Fridão. De qualquer das formas a posição foi tomada na altura pela Assembleia de Freguesia e como estamos num país democrático, a Junta de Freguesia expressou a decisão da Assembleia de Freguesia.

CANDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Senhor Presidente, há uma medida que hoje foi apresentada por vossa Exa, que quero reforçar, falo do Programa de Redução Tarifária no Tâmega e Sousa, esta é uma medida emblemática por três motivos principais: Redução de custos das famílias no seu orçamento familiar;

Redução de custos das famílias no seu orçamento familiar;

Redução da pegada ecológica com a descarbonização do território;

Uma medida de grande amplitude que reforça a coesão territorial e económica.

Esta medida estará prevista para abranger mais de 1 milhão de pessoas em todo o país e prevê descontos até 80 % do custo que agora estas famílias tem com transportes.

A minha única questão relativamente a esta medida que unanimemente é considerada uma das grandes medidas deste século, é se o sr. Presidente não está arrependido em que o município se tenha autonomamente se constituído como Autoridade de transportes?

Pergunto isso pois entendemos se não seria mais importante deixar essa questão para a CIM para por um lado caminharmos todos no mesmo sentido, tendo uma estratégia mais abrangente até porque a população que vai usufruir desta medida são pessoas que trabalham ou estudam em diversos concelhos e residem em concelho diverso, e por outro lado ganharíamos escala para ao nível da negociação com os diversos operadores termos mais força negocial”.

ANTÓNIO ARAUJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse que: “quando o senhor deputado falou na medida do século eu tinha de vir cá, até porque é de facto uma medida boa e é já para este ano o que ainda é melhor. Li hoje num jornal que “Amarante tem o único passe da região com desconto em todos os autocarros. Portanto, parece que a autoridade dos transportes ainda nos vai ajudar. Mas há também uma coisa que é importante. O governo lançou a medida mas é preciso saber que 85% do envelope financeiro destinado a esta medida, num total de cento e quatro milhões de euros, é para a área metropolitana de Lisboa e do Porto, o que não quer dizer que não sejam cidadãos como nós. Estamos a falar de 85% sobre cento e quatro milhões e é só fazer as contas para vermos quanto sobra para os outros todos. É preciso ver qual a sustentabilidade que haverá para aguentar esta medida, porque é preciso ver quem é que no futuro vai pagar esta medida. Este ano, cada município vai participar em 2,5%. Para o

ano a participação será de apenas 10%. No ano seguinte em 20%. Nos outros que se seguirão não sabemos. Provavelmente num futuro não muito longínquo serão os municípios a suportar a totalidade da medida. Chamar a tudo isto a medida do século, em ano de eleições, não é de todo do meu agrado”.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “começando pela intervenção do senhor José Joaquim, quero agradecer-lhe os alertas que foi fazendo que acho importantes. Uma das medidas importantes é sempre que nós notamos que há uma via que está em perigo com quedas de árvores, terá de compreender que não temos recursos para ver todos esses perigos e por isso é sempre importante quando os senhores deputados ou os senhores Presidentes de Junta vão fazendo esses alertas. Contudo, quero dar-lhe nota que a Junta de Freguesia de Fridão já tinha feito o reparo, da mesma forma que o fez e neste momento os técnicos já estão a avaliar a situação.

A segunda nota que foi dada tem a ver com a intervenção que as Águas do Norte fizeram na rua de acesso ao tribunal, intervenção essa para sanar um problema na conduta de saneamento, sendo que a intervenção feita na estrada com paralelo é provisória, mas depois do terreno abater, será resposta o pavimento em alcatrão, que nunca irá ficar perfeito porque é um remendo.

A outra questão que foi aqui colocada tem a ver com a barragem de Fridão, assunto de que o Dr. Araújo também falou e em resposta aos dois quero dizer que efetivamente tivemos a notícia de que a barragem não vai ser feita e acredito por isso que todos estejamos contentes com isso, mas o alerta que foi dado pelo senhor deputado é pertinente, porque eu, quando se falou na suspensão da barragem fiz um alerta. Uma coisa é não quereremos a barragem, outra é termos uma muito próximo, que é a de Daivões, que está a ser construída pela Iberdrola, em Ribeira de Pena a uma distância de vinte quilómetros. Esta construção vai trazer-nos alguns problemas graves. Já falei com os meus colegas que confinam com o Tâmega, para vermos a importância de exigirmos um estudo de impacto ambiental, porque as condições mudaram. Uma coisa é termos um estudo do impacto ambiental tendo em conta a cascata do Tâmega em que havia um embalse na última que fazia a regularização do caudal. Só para termos uma ideia dos milhões de metros cúbicos que iam ser debitados, íamos ter um embalse de quatro quilómetros em que a água oscilava entre nove a doze metros. Estamos a falar de uma altura de trinta e quatro metros, o que quer dizer que estamos a falar de milhões de metros cúbicos que iam ser debitados por dia. Não sendo especialista na matéria, eu pergunto se com a barragem de Daivões, não havendo embalse que medidas corretivas vamos ter relativamente a Daivões, porque quando está turbinar temos água, mas quando deixa de turbinar deixamos de ter água. Isto é preocupante, embora me tenham falado logo nos caudais mínimos. Contudo, não nos podemos deixar enganar por isso. A questão do caudal mínimo prende-se com a quantidade de caudal necessário à sobrevivência dos peixes. Mas o que nós queremos é que haja estabilidade da corrente, que tem de ser constante e não pode andar a oscilar. Temos todos de nos preocupar e fico contente de mostrarem a disponibilidade de integrar uma comissão para trabalhar esta matéria, porque Amarante vai ter de exigir, bem como os outros municípios. Que seja corrigida a questão do embalse da barragem de Daivões para garantir que o caudal em Amarante se mantenha sem oscilações e que qualidade da água esteja nas devidas condições. Eu já iniciei o processo, mas fico contente em saber que esta Assembleia esteja disposta a unir-se para ajudar a resolver esta questão que é de todos os Amarantinos.

Relativamente à questão levantada pelo senhor deputado Cândido Zoio, que falou do PART, Programa de Apoio à Redução Tarifária, que é uma grande medida, diga-se de passagem, pensada essencialmente para as duas grandes áreas metropolitanas, mas depois aberta também a toda a população. Claro que o tempo foi muito pouco para todo o país poder trabalhar esta medida como devia ser. Perguntou-me se

eu estava arrependido ou não. Se eu estivesse arrependido, e até podia estar até porque na altura a medida de não delegar a competência que nos foi atribuída, foi porque eu notei que a CIM do Tâmega e Sousa não estava preparada. Nessa mesma altura, Amarante já tinha feito trabalho naquilo que tem a ver com os transportes e por isso nós até estaríamos à frente em termos de reflexão e daquilo que queríamos para o território. Na altura entendemos e bem de que nós iríamos delegar competências e que iríamos trabalhar o assunto. Nesta medida do PART, deixem-me explicar a diferença entre sermos autoridade de transporte e não o sermos. Amarante manteve-se como autoridade de transportes para os transportes municipais, ficando a competência para os transportes intermunicipais para a CIM do Tâmega e Sousa. Acontece que esta medida do PART tem dois tipos de programas para se poder trabalhar. Um deles é a redução tarifária para os transportes municipais e a redução tarifária para os transportes intermunicipais. Acontece que naquilo que é municipal será o município de Amarante a trabalhar. Naquilo que é intermunicipal será a CIM a fazê-lo e os utentes amarantinos têm acesso à mesma medida. O facto de nós sermos autoridade de transporte permitiu que hoje apresentássemos a medida que irá entrar em ação amanhã com um passe municipal de rede. O custo municipal de rede que tem um valor de trinta euros permite que, qualquer cidadão amarantino possa usufruir das quarenta linhas municipais. Esta é uma vantagem. Qual é a diferença com a CIM. Nós conseguimos negociar com os dois operadores da nossa zona, a Rodonorte e a Valpi, um passe que permite que qualquer munícipe possa andar em todo o território. Os da CIM apenas permitem circular por linha, sendo que será obrigatório ter um passe por cada linha de transporte. É lógico que a CIM não podia ter um passe municipal igual ao nosso, e sendo assim veja-se a vantagem que nós temos. Uma outra vantagem foi termos incluído o transporte urbano, com o VIA, que mesmo tendo muitas coisas a melhorar, levou a que criássemos três linhas de transporte; uma na margem esquerda, outra na margem direita e outra dedicada ao transporte para o hospital. Existem dois passes, no valor de 30,50 € e 20 euros, respetivamente para a linha um e linha dois. Tínhamos ainda um bilhete de 1,50 € para a linha 1 e um de 1€ para a linha dois. Neste momento passamos a ter um único passe, no valor de 15€ para as três linhas e o preço de 0,50€ por bilhete. Se eu dúvidas tivesse na altura agora tenho a certeza que é bom termo-nos constituído como autoridade de transportes porque passa a haver um ganho considerável por parte da população amarantina”.

JOSÉ JOAQUIM MAGALHÃES TEIXEIRA – PS

No uso da palavra agradeceu as respostas que o senhor Presidente lhe deu, mas disse que ele se tinha esquecido de lhe ter respondido à questão que lhe colocou relativamente à falta de sinalização na rede viária do concelho, porque essa é uma questão importante que gostaria de ver respondida.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que também agradecia os esclarecimentos que lhe foram dados pelo senhor Presidente.”Eu falo nesta questão da delegação de competências, porque esta medida deve permitir que caminhemos todos no mesmo sentido, isto é: sentarmo-nos à mesma mesa e não é cada município por si constituir-se como autoridade de transportes. Deve ser feito de uma forma alargada, pensada, em rede, podendo até derivar vários transportes, inclusive transportes intermunicipais, porque estamos a falar de concelhos muito próximos uns dos outros. Estamos também a falar de outra coisa muito importante que é o facto de sabermos que muitos dos habitantes de Amarante não trabalham em Amarante, mas sim noutros concelhos. Mas o contrário também se verifica. Esta medida, toda em articulação poderá e deverá constituir-se numa verdadeira rede de transportes intermunicipais, essa sim seria a grande medida, poupando-se dessa forma centenas de euros aos estudantes que estão no Porto, aos estudantes que estão em Felgueiras, etc. Como sabe, está também pensada a ligação

à ferrovia e já está a ser ponderada a questão de alguns municípios incluírem a Rede Expressos. O mais importante disto tudo é que Amarante, iria sair privilegiada, porque Amarante fica exatamente no centro da CIM e com vias de acesso excecionais. Portanto, nessa rede negociada no âmbito da CIM teríamos uma abertura muito maior, muito mais larga e a negociação por si só já ganharia, porque ganharíamos escala porque eram muitos mais habitantes a ser transportados e por isso os transportadores negociariam de forma diferente”.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “o senhor deputado deve estar equivocado porque a paragem do Túnel do Marão, se não fosse o anterior governo nunca era construído como todos sabem. Se não fosse o anterior governo com aquelas dificuldades todas da Troika, o Túnel do Marão nunca seria construído.

Também acho muito bem, senhor Presidente que se Amarante tinha know-how e tinha competência não as deve delegar na CIM, ainda por cima se a situação for melhor. Já todos sabemos que se tivesse delegado, ia ser criticado por ter delegado.

JOSÉ LUÍS GÁSPAR JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “relativamente à sinalização concertada que o município de Amarante todos os anos vai ter de fazer investimento porque temos uma estrutura viária muito grande, com mais de mil quilómetros de estrada e portanto somos obrigados a estar sempre a fazer reabilitação. É verdade que dentro da cidade ultimamente tem sido colocada muita infraestruturas. O que faz que as estradas fiquem em muito mau estado. Estamos a avaliar o problema e vamos reparando de acordo com as prioridades. Falou-se aqui da sinalização das passadeiras que está a ser estudada e é imperioso que se melhore.

Disse de seguida ao senhor deputado Cândido Zoio que “ele estudou muito mal este dossier. Quando vem colocar a questão da forma que a colocou eu até fico um bocado constrangido porque nem sei que lhe diga. Nós somos autoridade de transportes para os transportes municipais. Dentro do município somos nós que tratamos. Nos transportes intermunicipais e inter-regionais a competência não é nossa nem podia ser. Não podíamos delegar. O que podíamos era subdelegar na CIM, mas não o fizemos. O cidadão Amarantino vai ter um passe intermunicipal da CIM para ir para o Porto. Quando for para o comboio também vai ter um passe. Nos passes intermunicipais, a diferença entre Amarante e o resto é que a CIM também ficou com a delegação de competências nos passes municipais e a diferença entre Amarante e os outros todos é que nós estamos à frente, não porque sejamos melhores, mas porque tivemos capacidade de negociar com dois operadores. Eles têm dez e não conseguiram negociar. Assim, nós tivemos uma vantagem competitiva e conseguimos ter um único passe para toda a rede viária. Ao passo que nos passes municipais dos dez municípios, que delegaram, cada município vai ter um passe municipal por linha, ou seja – se for da Lixa até ao centro de Felgueiras é um passe. Mas se for da Lixa para outra terra qualquer é outro passe. No restante, naquilo que é intermunicipal Amarante está exatamente igual. Aliás nós negociamos com eles, até porque Amarante representa nos transportes todos 2,4% da rede Tâmega e Sousa. Vejam bem a importância que Amarante tem. Para não haver dúvidas, nós temos na mesma o passe intermunicipal da CIM, de 40€ para os transportes intermunicipais. Quando a rede expresso funcionar, até porque Amarante tem trezentas pessoas que utilizam a rede expresso e que não entram neste acordo, porque isso é uma competência do IMT. A CIM está a negociar para que isso no futuro possa acontecer. Acontece o mesmo com a ferrovia. Ainda não há o acordo para que o passe possa servir para andar no comboio, o que vai permitir ao pessoal de Vila Meã viajar de Amarante até Vila Meã e de Vila Meã até ao Porto. Neste momento ainda não há o acordo com a CP que tem a ver com a legalização da linha que esperamos que venha a acontecer em Junho. A partir daí já será possível fazer esse acordo. Para que

não restem dúvidas, nós temos exatamente o que têm os onze municípios do Tâmega e Sousa naquilo que tem a ver com os transportes intermunicipais bem como nos inter-regionais.

Terminado este período da reunião, passou-se então ao período de tempo destinado às intervenções do público. Inscreveu-se para usar da palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que disse o seguinte: “Embora concordando consigo, relativamente à casa onde nasceu Teixeira de Pascoaes, a câmara arranja-a na condição da associação Marânus cedê-la à autarquia, mas senhor Presidente que melhor local para colocar o espólio do poeta à disposição dos amarantinos e de todos os interessados, que neste momento julgo em arrecadação, que essa casa? e portanto a associação cede as instalações e a autarquia o espólio, digamos «uma mão lava a outra».

Relativamente ao bairro Cancela de Abreu, o que dirá o senhor a um caso que conheço e mais haverá com certeza, dum arrendatário com uma pensão de viuvez que ronda os 450 euros, que passou duma renda de 3 euros e qualquer coisa para 42 euros, um aumento de mais de 1000%, e que não ficará por aqui, isto segundo a explicação da senhora vereadora; obras feitas e porque há valorização patrimonial, novo aumento. Diga-me como é que esta pessoa, com esta pensão vai conseguir pagar as suas contas (água, luz, gás, alimentação, medicamentos, etc, etc) quando estamos a falar de habitação social ou o que lhe queiram chamar (renda apoiada, condicionada)?

Considero que na renda social a condição a ter em conta é o rendimento do agregado e se este (rendimento) não sofrer alterações, entre o início e o fim das obras, o valor da renda também o não deverá sofrer, independentemente da alteração do valor patrimonial conseguido com o restauro.

Sobre o pedido dos senhores taxistas, não poderia estar mais de acordo, porquê tais delongas com alterações do regulamento de trânsito, quando o óbvio é permitir o trajeto por onde passa o VIA; não temos que inventar a roda. Nas cidades com faixas onde circulam os autocarros circulam também os táxis, ora se o VIA passa frente a S. Gonçalo os taxistas também o devem poder fazer; se estamos à espera da alteração do regulamento de trânsito, o melhor é «esperarmos sentados», pois ainda no mandato anterior, julgo que no início, interpelei o senhor presidente sobre a melhor forma de resolver a circulação junto ao café Seara, perto da sede do PSD, de acesso ao Contínente ou ainda a possibilidade de na misericórdia aquando de funerais permitir trânsito descendente (cerca de 20 metros) e assim evitar-se-ia que o cortejo fúnebre desse uma grande volta, ao que o senhor presidente me respondeu com a “estafada” alteração do regulamento de trânsito.

Em relação ao cemitério já tem alguma coisa que possa dizer aos familiares que se encontram na eminência de verem os seus familiares exumados e assim deixarem de ter um local para os velarem? Os serviços jurídicos reconheceram incongruências no regulamento do cemitério? Os regulamentos não são “vacas sagradas”, tempos houve em que a regra era enterrar nas igrejas; há que fazer as adaptações necessárias aos dias de hoje.

Senhor Presidente da Assembleia, de facto, os mortos não podem comprar (ou não precisam, digo eu), com certeza recorda-se daquele programa “malucos do riso” em que o personagem interpretado por Camacho Costa quando levado ao juiz por ter sido caço a roubar no parque de estacionamento do cemitério alegou em sua defesa que pensava que os bens fossem dos moradores da zona (moradores eternos e respetivo parque de estacionamento) e portanto, precisava mais ele desses bens do que os que estavam lá dentro (os mortos) ”.

Como não mais nenhum cidadão se inscreveu para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que começou por responder ao senhor António Adelino dizendo-lhe que “obviamente não iria responder à ironia, porque compete ao cidadão amarantino fazê-lo. Objetivamente irei responder que relativamente à casa onde nasceu Teixeira de Pascoaes seria interessante para colocar o espólio de

Pascoaes, servindo para estudar a dimensão do poeta, que bem precisa. Neste momento ainda não podemos fazê-lo porque a casa é propriedade da Associação

Marânus, que quer passar a propriedade para a Câmara para que assim se possam fazer as obras. Se isso vier a acontecer trataremos da recuperação do edifício. Enquanto isso não acontecer não se pode ali fazer nada, porque para já não é nossa propriedade.

Relativamente ao bairro Cancela de Abreu, quero dar nota que estamos a cumprir rigorosamente a lei. Eu não sou legislador e apenas cumpro a legislação. Foi aquilo que nós fizemos porque é uma obrigatoriedade. Aliás, se não o tivéssemos feito não podíamos fazer a candidatura que fizemos para a recuperação do mesmo. Para que não haja equívocos da parte de ninguém, não são cinquenta euros que o cidadão ia pagar que muda a face da Câmara. Lei é lei, para o bem e para o mal. Foi feito da forma tendo em conta as avaliações das habitações no estado em que estão e portanto torna obviamente uma renda mais suave. Agora, conforme estava também não me parece que esteja correto. Relativamente a isto, estou perfeitamente à vontade. Quero é arrancar com a obra, porque é isso que importa para melhorar as condições da habitabilidade das pessoas que lá moram e merecem.

Relativamente à passagem dos táxis, eu já disse aqui que concordo. Agora, só passarão quando for alterada a postura de trânsito. Eu acho que são considerações pouco próprias quando diz que podemos esperar de pé ou sentados. Eu ainda esta semana, na quinta feira, vou ter uma reunião com os comerciantes para discutir a postura de trânsito, que os técnicos irão elaborar, sob orientações nossas, mas não me venha para aqui com este tipo de brincadeira para com o senhor Presidente da Câmara, dando ideia que foi ele que se esqueceu de escrever essa premissa no regulamento. Vamos passar a ter uma atitude consentânea com aquilo que deve ser prática desta casa, que é casa da democracia, onde todos têm o direito de se expressar, mas com elevação. É isso que eu lhe peço, porque o senhor não precisa de estar aqui com as ironias do "espera sentado ou de pé". Não é correta como o senhor tem intervindo nesta casa. O senhor chega aqui coloca a questão e eu respondo. Não é vir para aqui brincar com a questão do cemitério, porque até dá a ideia que o senhor Presidente da Câmara anda a brincar com o cemitério e com as pessoas que estão lá enterradas. Há um regulamento, o cemitério tem a ocupação que tem e não fui eu que fiz as regras. Eu só cumpro o que aqui foi deliberado e não foi no meu mandato."

Terminado o período de tempo destinado às intervenções do público, passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, dando-se assim início ao cumprimento da ordem de trabalhos previamente estabelecida.

PONTO Nº 1 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

MIGUEL ÂNGELO COELHO – PS

No uso da palavra disse: "após ter analisado o relatório não vejo a aquisição de equipamentos localizados em Vila Meã. Falo concretamente da chamada "Casa das Donas", onde poderá ser colocado um polo da biblioteca de Vila Meã e também da casa, local de nascimento de Augustina Bessa Luís para lá ser criada a Casa da Juventude de Vila Meã. Questiono a Câmara para saber em que estado estão esses processos da intenção da aquisição. Questiono também o Executivo para saber quando será dado início à construção do Pavilhão gimnodesportivo de Vila Meã. Falando ainda em desporto, pergunto ainda quando é que será iniciada a intervenção nas piscinas de Vila Meã, porque não vejo plasmada qualquer referência a isso na parte da manutenção dos equipamentos municipais".

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que “o Relatório de Atividades e Informação financeira que aqui nos é apresentado, é parco em informação relativa à atividade da autarquia não vislumbrando grandes obras ou investimentos.

Acresce ainda que o senhor Presidente da autarquia não enviou qualquer resposta ao requerimento efetuado por mim na última assembleia e validado pelo senhor Presidente da Assembleia. Por isso venho apenas questionar o porquê de não nos ter enviado a informação solicitada na última assembleia constituindo um grave desrespeito aos senhores deputados e um atropelo à legislação em vigor?

Quero apenas lembrar que esta não é a sua casa é apenas um inquilino dela, tal como são todos os eleitos e parece-me que esta assembleia merece mais respeito”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “o senhor deputado Zoio, não veio cá analisar o relatório, o que é sinónimo de que na sua ótica algo mudou. Contudo disse que era parco, o que não invalida que sendo parco pode ser bom. Curto, claro e conciso, máximas que defendemos na minha profissão.

Quanto ao pavilhão gimnodesportivo, que o senhor deputado Miguel referiu, quero apenas perguntar-lhe se conhece o programa do PS de 2009, onde está escrito que iam construir o dito pavilhão. Acho muito bem que o exiga, mas já o podiam ter feito nessa altura. Espero que seja construído com a brevidade possível.

MIGUEL ÂNGELO COELHO – PS

Usou de novo para dizer que só queria lembra aquilo que aqui já foi muitas vezes lembrado. O atual Executivo já está em funções e por essa razão já devia ter feito muitas das coisas que a esta altura já deviam estar feitas. Não podemos passar a vida a julgar o Executivo do PS, porque já foi julgado em diversos atos eleitorais em que ganhou e em que perdeu. Não estive aqui na última reunião, nem nos últimos mandatos. Estou aqui agora e é agora que tenho de lutar por Amarante.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que concordava com o orador anterior. Agora, devem coordenar as intervenções para não estarem sempre a perguntar a mesma coisa. Na última perguntaram isso e bem. O senhor deputado fez agora as mesmas perguntas. Se assim continuam, o senhor Presidente está sempre a responder às mesmas coisas. A argumentação que o senhor deputado usa é aquela que todos nós usamos quando não nos convém.

MIGUEL ÂNGELO COELHO – PS

No uso da palavra disse que “o que não convém é que as respostas sejam insuficientes e não esclareçam. Por outro lado e por isso insistem, é que não se vê nada a acontecer. E isso é que não convém”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra começou por perguntar ao senhor deputado se ele morava em Amarante. “Não vê nada a acontecer? Festas e festinhas que é o que dizem sempre os seus amigos. Antigamente não havia nada disto. O concelho do Marco de Canavezes e Felgueiras estão a aprender connosco. Estão a fazer a mesma coisa. Então vê o MIMO, o UVVA, não viu as Termas, não viu o Quartel. Nós é que não víamos nada. Víamos nas GOP’s sempre as mesmas obras anos a fio. O Cine-Teatro começou a constar em 1999. Vão começar as obras agora e afinal já vai ver alguma coisa. O

senhor deputado tem de vir ao centro da cidade e às freguesias para ver o que acontece. Está a acontecer muita coisa em Amarante. Provavelmente até poderá haver ensino superior, o tal que vocês podiam ter trazido, mas não trouxeram. Parece que vai haver mais uma escola de música no CCA. O senhor deputado continua a dizer que não está a acontecer nada e aí discordo totalmente de si”.

MIGUEL ÂNGELO COELHO – PS

Usou de novo a palavra para dizer que quando disse que não estava a ver nada, estava a referir-se ao pavilhão gimnodesportivo de Vila Meã. Disse que era de Freixo de Baixo e que em 1998/1999, viu colocar saneamento nas ruas. O CCA também construído pelos anteriores Executivos. O jardim de infância de Freixo, que inicialmente funcionava na Junta de Freguesia, deu lugar a um novo edifício, construído pelo Executivo PS. Hoje, nessa escola vai ser também construído um Pavilhão. Já o devia ter tido, mas sabemos que o PS sempre defendeu essa construção. Muita coisa foi feita pelos Executivos do PS. Nem tudo foi feito pelo atual Executivo. E se hoje podem fazer festas e festinhas podem agradecer, e muito, à qualificação ao nível de equipamentos e infraestruturas que o Executivo do PS deixou de herança. Isso ninguém pode negar.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse: “ agora já percebi. A sua visão é seletiva e só vê para trás. Só vê de 2013 para trás. Admito isso. Mas já agora, também não viu o sistema viário de Vila Meã? Sabe à quantos anos andava para ser feito? E as Termas? E o Quartel? Quem fez foi este Executivo. O anterior esteve 24 anos e mau seria se não tivessem feito mesmo nada. Por não se ter feito muita coisa estruturante no anterior Executivo, durante vinte e quatro anos, é preciso agora fazer tudo. Não pode é ser tudo feito de uma vez”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, foi a mesma dada ao senhor Presidente da Câmara.

JOSE LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra e respondendo às questões que anteriormente lhe foram colocadas, o senhor Presidente disse: “não tem de estar aqui os equipamentos ou as casas que aqui foram citadas, até porque isso são projetos que tem de ser avaliados para vermos se vão ser adquiridos ou não e o que é que se vai fazer com esses mesmos equipamentos, o que não quer dizer que não tenhamos já feito uma reflexão sobre isso, mas também dizer-lhe que nós é que definimos as prioridades que entendemos em termos de gestão. Se um dia viermos a adquirir será sempre depois de se avaliar o que é que se via lá fazer e se temos ou não capacidade financeira para adquirir. Acontece, é que neste momento há muitas outras prioridades. No entanto, acho a questão curiosa e não me lembro de estarmos aqui a definir em nenhum programa eleitoral a aquisição das casas e até dá a ideia que eu me comprometi a adquirir as mesmas.

Quando o senhor deputado diz que nada foi feito, lá saberá o que anda a ver, mas se olhar com alguma atenção para o que se fez em 24 anos, e nestes últimos 6 anos, verificará que somos capazes de empreender, de programar, e de fazer acontecer. Ouço muitas vezes dizer que esta Câmara só tem as transferências do Estado. É verdade que só temos as transferências do Estado, ou temos quadros comunitários ou temos empréstimos bancários. Esta é uma grande afirmação dita pelo Partido Socialista relativamente às receitas da Câmara. Então qual é a diferença? Há uma diferença nesta observação; é que agora temos os quadros comunitários onde vamos buscar dinheiro. Estes quadros comunitários fazem com que haja projetos que serão executados. As candidaturas estão feitas e aprovadas, mas depois há um país que se chama Portugal excessivamente burocrático e que empata muitas vezes os processos. Este Executivo no mandato em que foi avaliado fez muita obra de que se orgulha. Devia ter feito muito mais, mas não teve tempo. Esteve cá só quatro anos nesse mandato. Neste

mandato, temos uma estratégia que já foi dada a conhecer sem qualquer tipo de rodeios, onde todos ficaram a saber o que iria ser feito nos dois primeiros anos e nos dois anos seguintes. Estamos neste momento a ultimar os processos de obras que nós entendemos ser importantes a realizar com fundos do FEDER e com empréstimos com taxas de juro bonificadas.

Quanto à questão do pavilhão quero dizer-lhe que estamos a desenvolver o projeto que vai ser feito internamente, para depois na altura própria executar. É um compromisso que temos e que iremos cumprir, no tempo que nós entendermos adequado e não no tempo que o senhor deputado entende que deve ser”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que o aumento de impostos foi verdade. A criação da derrama é exemplo disso. Mas o senhor Presidente continua a não responder às perguntas que lhe colocam. Essa falta de respeito que teve em não responder a um requerimento que foi aceite e de que não sabemos o motivo porque ainda não o fez.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente disse: “não é minha intenção faltar ao respeito a quem quer que seja aqui nesta sala. No entanto, devo dizer-lhe que pelo facto do senhor fazer um requerimento pedindo aquilo que entende que é legítimo, eu também posso entender que não é legítimo. Se alguma coisa eu tenho porque penalizar é por ainda não ter respondido de forma oficial ao documento que apresentou, mas acredite que o vou fazer. Mas não quer dizer que vá dar provimento àquilo que o senhor requer, porque não quer dizer que eu concorde com a sua observação, porque há muitas formas de impedir que se trabalhe. Uma dessas formas é não fazer mais nada a não ser responder a requerimentos e outras matérias que poderão não fazer qualquer sentido. Não quero é que o senhor deputado se sinta desrespeitado pelo Presidente da Câmara que não é de todo essa a minha vontade”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: “estamos a confundir os regulamentos, porque os regulamentos dizem que nós temos a competência de fiscalizar a atividade do município. E por isso o senhor Presidente deve responder à Assembleia quando é admitido um requerimento que foi aceite e validado. O senhor Presidente da Câmara tinha de responder se fornecia ou não a informação ali solicitada. E isso é que é a falta de respeito. O senhor Presidente esquece-se que não é dono da Câmara. O senhor Presidente da Câmara, tal como nós, é apenas inquilino. Nós somos eleitos exatamente da mesma forma, com o voto do povo. Esse povo que eu represento aqui, que me deu o poder de fiscalizar, quer saber qual é a dificuldade do senhor Presidente da Câmara me responder qual é o montante da dívida real à data de 22 de fevereiro. Foi essa a pergunta que eu fiz. Qual é a dificuldade do senhor Presidente me responder por escrito sobre qual é o valor médio de entrada de faturas e o respetivo pagamento. Qualquer programa informático, usando uma folha de Excel, trabalha estes dados, dizendo-nos qual a data da entrada da fatura, a data do seu cabimento e a data do seu pagamento. Haverá resposta mais simples do que isto? Perguntei alguma coisa do outro mundo? Se calhar não lhe perguntei quais as obras que foram feitas por responsabilidade do PS, que em boa hora as fez e pagou, para que agora o senhor Presidente possa ter os quadros comunitários que diz ter”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que “este tipo de intervenções incomoda um bocado. O senhor deputado havia de ter cá estado em 2009, para ter visto qual é a resposta que era dada aos requerimentos. Devia consultar os documentos da altura para ver que prazos eram cumpridos. Simplesmente não eram respondidos.

O "eu é que passo os cheques" é que é uma frase própria de um dono. Quem é dono do estado é o Partido Socialista, segundo se diz agora por aí. O senhor devia estar cá nessa altura e aí. é que ia ver quem era o dono.

Para obter a resposta aos requerimentos o senhor deputado tem sempre uma saída. O senhor Presidente da Câmara tem prazo para responder. Se não cumpre o prazo, o senhor tem meios à sua disposição para o fazer cumprir os prazos. Use-os".

Terminada a discussão deste ponto, passou-se de imediato ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

PONTO Nº 2 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – PARECER DO ROC SOBRE AS CONTAS DE 2018

Inscreeveu-se para usar da palavra apenas o senhor deputado CÂNDIDO ZOIO, que depois de esclarecido acerca da assinatura dos documentos por parte do ROC, disse que o PS iria votar este ponto favoravelmente.

Posto à votação foi aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta, por **UNANIMIDADE**, assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 3 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2018

Relativamente a este ponto, começou o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA** por usar da palavra, apoiado por uma apresentação powerpoint, dizendo que "este relatório de prestação de contas, relativamente a algumas rubricas que são importantes, nomeadamente a poupança corrente porque releva aquilo que é o equilíbrio orçamental porque entre receitas correntes e despesas correntes há aqui um poupança corrente de três milhões e oitocentos e setenta e três mil euros. Para o equilíbrio orçamental temos de retirar daqui aquilo que são as amortizações financeiras e neste caso estamos a falar de um milhão oito centos e onze mil euros, o que nos dá uma poupança de dois milhões e setenta e três mil euros.

Relativamente àquilo que são algumas das grandes opções do plano, há aqui um desfazamento entre aquilo que era o orçamento e aquilo que efetivamente veio a acontecer. Claro que há aqui algumas dimensões, nomeadamente algumas obras que eram importantes e que estavam aqui em algumas áreas, nomeadamente na questão da educação, na questão social, na questão rodoviária, na questão cultural, no bairro Cancela de Abreu, em algumas estruturas viárias que estavam para ser concretizadas no mandato anterior, o Cine-Teatro que entretanto também atrasou, mas que no próximo mês serão iniciadas as obras. Tudo isso fez que aquilo que era o nosso plano para o orçamento, viu-se penalizado pela não execução de algumas obras. Por estas razões, há aqui um diferencial entre aquilo que foi a execução e aquilo que era a nossa vontade. Conseguimos ter uma execução de 85%. A diferença em termos de receita tem a ver sobretudo com duas rubricas, nomeadamente do FEDER e de empréstimos das ditas obras que era suposto terem avançado, o que obrigou que a taxa de execução tenha sido inferior àquilo que era o inicialmente previsto. Embora nesta escala que lhes estou a mostrar não seja possível ver algumas diferenças, mas há numa ou noutra área alterações que desequilibram aquilo que é o orçamento e a receita arrecadada. Aliás, pode ver-se pela análise do gráfico do orçamento vê-se que esta diferença tem a ver com a não execução de grandes obras e empreitadas que era suposto terem acontecido e não aconteceram. Espero que este ano possamos corrigir isto conseguindo avançar com a totalidade das obras que é imperioso que avancem.

De uma forma pragmática, como sabem há muitas obras que era suposto terem avançado no ano passado, ou até já terem iniciado este ano, mas por motivos daquilo que é a burocracia, leva a muito mais morosidade relativamente àquilo que é desejável. Nós, se calhar já devíamos estar a inaugurar o Cine-Teatro, mas só agora é que vamos

iniciar as obras. Temos também muitos outros imponderáveis de muitas das candidaturas que foram submetidas e aprovadas há quase um ano, mas que tardam porque não é fácil ultrapassar toda a burocracia que as envolve. Aconteceram as transferências

normais para as freguesias, havendo no entanto uma diferença entre aquilo que são os acordos de execução, os protocolos e as pequenas empreitadas dá um total de dois milhões duzentos e oitenta e sete mil euros, manifestamente pouco para aquilo que são as necessidades da freguesia, esperando nós que dentro de pouco tempo possamos alterar esta situação.

Relativamente à evolução da dívida, que no final de 2018 tinha um valor de dez milhões trezentos e noventa e oito mil euros, onde eu dizia que era de cerca de doze milhões. Está correto, mas em termos contabilísticos há um milhão e oitocentos mil euros que são as amortizações financeiras que são retiradas que vão ser pagas agora. Financeiramente está correto, no entanto diria que são cerca de doze milhões com o valor das amortizações. Quero dar nota que também há aqui um empréstimo relativo ao terreno do "MATIAS", que deu entrada nas contas do município em 31 de dezembro de 2018 sendo que a compra ainda não foi efetivada porque as burocracias dos tribunais ainda não permitiram que a compra fosse finalizada. São estes os apontamentos que pretendo que esclareçam este ponto".

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse: "efetivamente tivemos essa discussão do equilíbrio e se eu tivesse uma palavra para dizer o que é que é este relatório eu diria que é desequilibrado, isso está evidenciado na última página que mostra que apenas foram transferidas verbas relativas aos protocolos para Juntas lideradas pela coligação afirmar Amarante. Por isso, gostaríamos de saber qual foi o critério subjacente a essa autorização. Nesse mesmo desequilíbrio, podemos constatar que as transferências em termos de despesa corrente, página 15, mapa 11, para as associações são muito superiores às transferidas para as Juntas de Freguesia, numa relação de um para cinco. Eu também sou do mundo associativo, mas os eleitos são os senhores Presidentes de Junta que têm de governar o dinheiro público. Sabemos também que este relatório foi atingido como mínimo de execução necessário, de 75%, pela via das revisões orçamentais. Também se verifica o desequilíbrio na questão das GOP's. A GOP de governância da autarquia pensamos que está a atingir proporções exageradas fruto de gastos em estudos, consultorias e pareceres. Além disso é-nos dada a conhecer uma taxa de execução das GOP'S bastante baixa, principalmente numa área importante como a do ordenamento do território e reabilitação urbana. O centro de Amarante precisa de algumas obras essenciais, pondo em causa até a segurança dos cidadãos. Há aqui, neste relatório também um duplo desequilíbrio, porque nestas despesas investimento que tem uma taxa de execução muito baixa que se pode ver no quadro 4 da página 10, e nesse sentido percebemos que há uma grande despesa da Câmara no que diz respeito à despesa corrente, ou seja a despesa de investimento é muito baixa relativamente à despesa corrente e por isso é que há um duplo desequilíbrio.

Por outro lado é que ficamos a saber através deste relatório, ano após ano, o governo tem transferido e bem cada vez mais dinheiro para as autarquias e este município é um exemplo claro disso. Além desta situação também verificamos que há um aumento da receita proveniente de impostos, por isso não compreendemos porque é que a autarquia oportunamente não aprovou as propostas do PS à taxa variável de IRS, e ao IMI familiar potenciando dessa forma a atratividade do relatório. Em vez disso fez exatamente o contrário, aumentando essa carga fiscal com a criação da taxa da derrama. Em suma, este relatório é a tradução de um desequilíbrio, mas o desequilíbrio maior vem de uma governação que tem sido feita por este Executivo. Devo dizer que o PS se vai abster neste relatório esperando que o Executivo procure o equilíbrio desde logo com as recomendações que o PS tem vindo a fazer".

ANTONIO JORGE RICARDO – PRESIDENTE DA J. F. DE VILA CAÍZ

No uso da palavra o senhor Presidente da Junta fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra: “Há cinco dias atrás, comemoramos mais um aniversário do 25 de abril, data essa, em que se celebra os valores da liberdade e da democracia, das portas que se abrem ao desenvolvimento, aos sonhos, à melhoria das condições de vida, ao poder autárquico, enfim, a um novo Portugal.

Mas hoje, será que não estamos a perder a noção do que aconteceu e aquilo que nos foi legado? Será que não temos de ter bem presente que a liberdade e muitos outros valores que nos legou o 25 abril, devem merecer da nossa parte uma preocupação e uma defesa constante?

Estando nós, num fórum, também ele, produto de abril, será que estamos a defendê-lo convenientemente? Será que estamos a fortalecê-lo? Ou pelo contrário, com as constantes suspeitas criadas, as inverdades formuladas, os rótulos colocados, enfim a política de casos e não de ideias, a política de inverdades e não de valores, a política da crítica pela crítica e não de alternativas concreta, não o enfraquecemos e o debilitamos, abrindo assim, também as portas ao surgimento de outros movimentos que atentam a democracia e as conquistas de Abril?

Passemos então, para a análise dos documentos de prestação de contas do ano de 2018, contas estas, que foram alvo de certificação legal de contas e que mereceram o parecer favorável e permitam-me que cite parte do parecer emitido, nomeadamente, *“em consequência do trabalho efetuado, emitimos a certificação legal das contas sem reservas...dando às mesmas claro conhecimento da atual situação económica e financeira da autarquia”*.

Por esta última transcrição, não compreendo, desde logo, as dúvidas levantadas pelos Senhores Vereadores do PS, quando referem na sua declaração de voto, que não sabem se as contas em discussão respeitam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevância contabilística dos passivos efetivos e contingentes. Mais parece, que apenas pretenderam usar qualquer pretexto para condicionarem a subscrição da declaração de responsabilidades agora exigida pela resolução 1/2018 do TC (Tribunal Constitucional).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, mediante as constantes críticas e acusações da oposição, que segundo a mesma, estamos perante um Município endividado, sem recursos, sem margem de manobra, um Município de rastos, que gasta mais do que recebe, um Município que perde para os concelhos vizinhos...etc, gostaria que me acompanhassem na análise de apenas alguns dados financeiros do nosso concelho e de dois concelhos vizinhos, mais propriamente, Lousada e Marco de Canaveses, dados estes, retirados do sítio www.portalautarquico.dgal.gov.pt de modo a percebermos, se o que querem fazer passar corresponde à real situação financeira.

Os dados respeitam aos anos de 2013 e 2017. Refiro, que os valores de endividamento total do Município de Amarante em 2017, não diferem muito dos atuais.

	DIVIDA TOTAL/M€		RECEITAS/M€	
	2013	2017	2013	2017
Amarante	10 944	14 370	29 767	32 359
Lousada	13 717	14 679	24 748	28 801
Marco	33 164	25 853	29 767	49 647

Perante tais dados, reafirmo aqui mais uma vez, o Município de Amarante tinha no passado níveis de endividamento baixos. Mas será que pelo mesmo ter aumentado, está em causa a sustentabilidade do Município? Então, como é possível um Município, o de Lousada, ser considerado e classificado como um Município que possui uma boa situação económica- financeira se tem atualmente praticamente o mesmo valor de endividamento da Câmara de Amarante e com um valor de receitas, inferior em cerca 5.000 milhões de euros ano? Como é possível uma Câmara estar falida e outra ser um exemplo de governação? Será pela cor? Como será possível, a Câmara do Marco de Canaveses, com o atual nível de endividamento possuir saúde e robustez financeira para realizar e concretizar investimentos?

Concluimos facilmente, que o que afirmam, não corresponde à verdade. Concluimos, que o valor do endividamento atual, não coloca em risco a viabilidade económica e financeira do nosso Município. Concluimos, que o objetivo é apenas um, colar um rótulo de incompetência, despesismo e de falência do nosso Município.

A única verdade do Vosso argumentário, é que efetivamente, a dívida aumentou, relativamente a 2013, isso é um facto. Mas, se ao valor atual dos empréstimos de MLP retirássemos o montante do empréstimo que se destina à aquisição dos terrenos das instalações da fábrica "Matias Magalhães", este valor de endividamento a MLP seria inferior ao atingido em 2013.

Muitas justificações poderiam ser dadas, para este aumento, mas vou citar o que escreveram os Senhores Vereadores do PS na declaração de voto "*continua-se a apostar no recurso ao endividamento bancário, para poder recorrer a tudo quanto é fundo comunitário...*". Sim, é verdade Senhoras e Senhores deputados, há de facto uma aposta em aproveitar os fundos comunitários para alavancar o nosso concelho, para concretizarmos muito mais obra com o mesmo dispêndio por parte do Município, levando para o efeito a um aumento na concretização de serviços na preparação de candidaturas e outros serviços.

Pergunto, será que no passado não devíamos ter sido mais ousados?

Quanto ao resultado Líquido Negativo apresentado, caso estivéssemos perante uma empresa privada, com fins lucrativos, era de estarmos preocupados, pois, uma empresa ao contrário de uma Câmara Municipal, tem como objetivo gerar lucro, para remunerar os seus acionistas, sócios, trabalhadores, etc. Contudo, há particularidades no cálculo e na forma de determinação dos resultados que não podemos esquecer, por exemplo, caso estivéssemos perante um sistema de contabilidade orçamental (ótica de caixa), que é o que utilizamos por exemplo nas Juntas de Freguesias e, durante muitos anos, o único modelo de contabilização também nas Câmaras Municipais, obteríamos um resultado líquido positivo de cerca de 936 mil euros, pois, o valor das receitas totais foi de 30.718.527,13€ e o valor das despesas totais foram de 29.782.026,75€.

Atualmente, sendo as contas apresentadas e registadas na ótica da contabilidade patrimonial, com outras regras, onde se registam proveitos e custos e dentro dos custos alguns com particularidades, como por exemplo, custos de depreciações/amortizações relativas a ativos pertencentes ao Município, sejam eles viaturas, máquinas, imóveis, etc., mas que não representam um verdadeiro custo efetivo, atingindo o valor de cerca de cinco milhões e vinte e cinco mil euros em 2018, relativizam o seu significado. Contudo, e como se refere no relatório, tal situação terá que ser transitória e sobretudo não pode colocar em risco a solvabilidade do Município, ou seja a capacidade de solver atempadamente as suas obrigações.

Outro aspeto importante e que quero aqui salientar, é o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município de Amarante, cumpre ou não cumpre este princípio orçamental, senhoras e senhores deputados? Sim, cumpre.

Termino, com algumas interrogações sobre o comportamento da oposição, pois, se por um lado criticam o valor do endividamento, por outro, perguntam e questionam sobre os investimentos ambicionados por este executivo e ainda não concretizados. Como resolveriam esta equação?”

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

No uso da palavra disse que “em primeiro lugar quer pedir desde já desculpa se aquilo que vai dizer possa ser confundido com as posições que cada um ocupa nesta Assembleia e eu, ao contrário de um outro deputado que já cá tivemos, não consigo dissociar a função da pessoa e a pessoa da função. Sou deputado municipal, mas também sou a pessoa que todos os dias lida com os Presidentes de Junta. A questão tem sido recorrente e continua a ouvir-se que não há investimento nas freguesias. e que devia haver mais protocolos. Por isso, deixem-me dizer-lhes de forma clara que todos os assuntos são tratados de forma clara, de forma aberta, com os documentos apresentados a todos e com as obras apresentadas a todos. Temos pela primeira vez um documento e uma atribuição de verba às freguesias que são as verbas dos protocolos para limpezas que foi negociado com todos e com critérios definidos e com a presença de todos, com algo que eu vi acontecer e que penso que é inédito, que foi facto daqueles que iam receber mais terem-se disponibilizado para ajudar o prejuízo daqueles que vão receber menos, aquilo a que chamamos de taxa de solidariedade no documento distribuído a todos, para se ajustarem durante quatro anos.

Permitam-me que fale agora para os senhores Presidentes de Junta do PS e dizer-vos isto: eu podia fazer-vos a maldade de vos desafiar para virem aqui contradizer aquilo que disse o vosso líder de bancada, mas vocês sabem que eu não faria uma coisa dessas nem faço por duas razões – uma porque não tem a ver com a minha maneira de ser, outra porque a indicação que eu recebi do senhor Presidente da Câmara desde o primeiro dia que iniciei funções era de que todos tinham de ser tratados por igual, independentemente do credo, clube de futebol ou partido que representam. Sendo assim, vocês sabem que a minha relação convosco é de total abertura, de total seriedade. Por isso, senhor deputado eu entendo as suas palavras, mas fica a saber que as coisas são feitas desta forma. Os protocolos que refere foram executados em 2018, com exceção de um. Todos os outros são de obras que estavam a decorrer e que iam continuar naquele ano, assim como outros irão surgir em anos seguintes fruto das negociações que são feitas com todos eles.

AMÉRICO PAULO RIBEIRO – PS

No uso da palavra disse que vinha à tribuna para tentar perceber as palavras do senhor deputado Estefânio relativamente às obras das Juntas. Aquilo que o preocupou foi a forma como se dirigiu aos Presidentes de Junta, sob a forma de ameaça, como quem diz – “eu aqui tenho o poder, vocês vão estar calados, porque senão a seguir não faço obra”. “Isso não é bonito senhor deputado e espero que não seja essa a sua intenção, mas foi isso que transmitiu. Espero que venha aqui retratar-se e dizer que não é essa a intenção”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PS

No uso da palavra disse: “o que vale é que eu e muitos outros que aqui estão têm memória. Lembram-se de quem dizia “eu é que passo os cheques”. Isso é que era ameaça. Sabem quando é que se dizia isso? Era na votação dos orçamentos. Quando nós tentávamos que os orçamentos tivessem mais verbas para as freguesias e havia a possibilidade de haver votação contra, ouvia-se muitas vezes isso. E também sabíamos que quando votávamos contra os orçamentos, o que é que acontecia com os nossos Presidentes e Junta. A maioria deles não votava contra porque havia o receio de depois serem prejudicados nas suas freguesias. Eu ouvi isto muitas vezes. E ainda bem que os senhores Presidentes de Junta do PS, que eu saiba votam como lhes ape-

tece, mas têm votado contra os orçamentos, mas isso não tem nem deve ter efeito nenhum. Na altura tinha esse efeito. As pessoas sabem isso e eu não estou aqui dizer novidade nenhuma. Isso é que era ameaça.

Quanto às contas, registo aqui a análise rigorosa e coerente como sempre do Dr. Jorge Ricardo e como alguém dizia, as contas são contas; ou estão certas ou estão erradas. O saldo negativo foi aqui explicado pelas depreciações. Aliás, já houve saldos negativos em 2008, 2009, 2010 e 2013. As contas, ao contrário do que não acontecia, hoje são auditadas e justificadas por Revisores Oficiais de Contas, são controladas trimestralmente pelo governo através da Direção Geral das Autarquias Locais. Amarante não tem tido nenhum alerta, nem nenhum problema de saneamento financeiro. O princípio do equilíbrio orçamental é perfeitamente respeitado, há capacidade de endividamento, mas essencialmente o que há é uma concentração de investimento nomeadamente nesta fase dos fundos estruturais do Portugal 2020, como é evidente na tentativa de se aproveitar ao máximo esta fonte de financiamento para fazer investimentos que têm de ser feitos e que já há muito que deviam ter sido feitos. Nós votaremos a favor estas contas com certeza e sem qualquer reserva”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que admirava a coragem do Dr. Ricardo, por ter dado a conhecer o verdadeiro valor da dívida. É verdade que há créditos e empréstimos que não contam para a dívida, mas mesmo assim temos de os pagar.

Disse também que estava um bocado confundido porque não sabe se o engenheiro Estefânio veio aqui na qualidade de funcionário ou deputado. Eu analisei a informação que vem no relatório e a informação é clara como a água. Assim, no que diz respeito a – acordos de execução – onde estão lincadas as Juntas de Freguesia. Na alínea que refere – Protocolos de Investimento – pode ler-se: Rebordelo, Telões, Vila Chã, Figueiró e Vila Garcia. Disse ainda que era sobre esta coluna que esteve a falar. Agradeceu as palavras do engenheiro Estefânio, que não sabe se são as do funcionário, ou as do deputado.

ESTEFÂNIO PINTO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que de forma clara o que anteriormente disse foi que, dirigindo-se aos senhores Presidentes de Junta do PS, lhes poderia fazer o desafio de virem à tribuna se assim o entendessem, contrariar aquilo que o líder da bancada do PS tinha dito, mas que por dois motivos que enunciou os senhores Presidentes de Junta sabiam que isso não era necessário até porque a relação que tinha com eles era de total abertura e de total seriedade. Sendo assim não restam dúvidas que não existe nenhuma posição de força nem de ameaça. Admite que por vezes fala depressa, porque é um bocado acelerado e que isso possa criar confusão. No que se refere aos protocolos, disse também que se calhar era interessante analisar os orçamentos de 2014, 2015, 2016 e 2017 e ver a conclusão de algumas obras, como seja o Centro Interpretativo do Vinho em Gatão, Lar de Cepelos etc. e se calhar era necessário ver o acumulado de todos os anos para que o senhor deputado pudesse fazer uma avaliação correta.

CÂNDIDO ZOIO – PS

Usou de novo a palavra para dizer que desta vez é que ficou mesmo confuso, uma vez que estamos a analisar um relatório de atividades e prestação de contas relativo a 2018. Em 2018, Rebordelo, Telões, Vila Chã, Figueiró e Vila Garcia, foram contemplados. Importa saber com que critérios. Quem atribui estes critérios é o senhor Presidente e tanto quanto se sabe ainda não delegou esse poder aos funcionários da autarquia.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que agradecia "as explicações que foram dadas pelos António Ricardo e Estefânio Pinto, que esclareceram muitas das questões, mas no entanto quero explicar que houve um decréscimo entre aquilo que foi estipulado e aquilo que foi efetivamente executado, levou, mesmo assim, a que tivéssemos uma taxa de execução de 75%. Relativamente à governação da Câmara, não percebo qual é o argumento para dizerem o que disseram. Não vou entrar na discussão das Juntas, porque eu sempre me pautei desde a primeira hora por falar de forma frontal e aberta com os senhores Presidentes de Junta. Primeiro, assumindo aqui uma postura com eles de que comigo não havia a questão do chapéu na mão, que era algo inconcebível. São autarcas como eu, eleitos como eu, que merecem todo respeito, assim como eu acho que também mereço. Expliquei-lhes sempre as dificuldades que existiam e como que serão feitas as correções daquilo que nós entendemos que é a execução no território. Claro que há acordos que transitam de um ano para outro que tem de ser executados. Se é oriundo de um partido ou de outro, acreditem que eu não vou entrar nessa discussão. Recuso fazê-lo porque quando sair desta Câmara quero fazê-lo de consciência tranquila, onde não haja um Presidente de Junta que diga alguma vez que eu fui sectário e deselegante. Nunca o farei. Nós fazemos os investimentos de acordo com as necessidades transmitidas pelas Juntas. Temos tido sempre a elegância de os investimentos serem partilhados naquilo que é a nossa vontade de execução do território.

As transferências para as Juntas, englobam as pequenas empreitadas e os protocolos ultrapassam aquilo que foi transferido para as associações. Eu tive o cuidado de falar nisto. No gráfico pode ler-se dez milhões trezentos e noventa e oito mil euros, mas se tirarem a amortização que passa para curto prazo que é um milhão e oitocentos mil euros e se acrescentarem os dois milhões cento e cinquenta e oito mil euros que é do empréstimo que foi antecipado para o Matias, vai dar o número que eu na altura falei. A dívida estava abaixo daquilo que era em 2013, mas rapidamente era ultrapassado quando fosse gasto o dinheiro para os terrenos do Matias. Números são números e o senhor Presidente da Câmara, este ou qualquer outro, quando faz uma comunicação às pessoas, não vai correr o deslize de estar a apresentar um número errado. Isto é o mínimo que eu lhe peço; que me respeite e aos técnicos que me apresentaram estes valores. Agora, muitas vezes faço a separação entre aquilo que é o empréstimo de médio e longo prazo e aquilo que é o curto prazo. Se quiserem juntar tudo, aí sim dá os catorze milhões. Mas se formos também recuar a 2013, também temos de acrescentar o curto prazo. Relativamente a essa matéria também estou perfeitamente à vontade. No entanto, volto a dizer que naquilo que é a programação que temos para o futuro relativamente aos investimentos que vamos agora encetar, a dívida vai aumentar. As contas têm de ser feitas desta forma e sabem que parte desta dívida nem vai contar para o endividamento, mas no entanto ela tem de ser paga. Já o disse na última assembleia e nestas coisas temos de ser sérios. A crítica agora é infundada porque a dívida está ainda abaixo daquilo que seria o expectável. Eu gostava até que já estivesse acima porque era sinal que eu já tinha executado as obras que foram candidatas e aprovadas. A questão que interessa refletir para o futuro, sem demagogia, porque com demagogia vamos dizer outras coisas, é saber se entre aquilo que vamos executar, que são obras emblemáticas para Amarante, e a dívida que vamos contrair, seja ela à banca comercial ou através de empréstimos cofinanciadas pelo BEI, nomeadamente a linha BEI autarquias, ou então ao IFRRU, se devemos ou não contrair esse empréstimo para executar essas obras, fazendo para isso toda a programação financeira e isso é que vai importar fazer, para perceber o encargo que vamos ter relativamente ao futuro. Quando aqui chegamos em 2013 aquilo que eram as amortizações financeiras dava-nos cerca de dois milhões de euros, sendo que nessa altura as taxas de juro eram bastante elevadas. Depois renegociamos tudo que era taxa de juro e passou para um milhão e oitocentos mil euros, que é tal valor que passa para curto prazo. Há aqui um diferencial de cerca de duzentos mil euros. A questão é saber qual é a capacidade que vamos ter no futuro para que de acordo com o planeamento financeiro

e o pagamento mensal que vamos ter por forma a pagar aquilo que são as obras que são importantes para o município. Essa discussão que eu acho que politicamente devemos ter todos, porque tem a ver com o futuro de todos, não deve ser tida hoje. Deve sê-lo mais à frente, mas estejam certos que este cidadão enquanto cá estiver vai pôr à discussão isso, porque o território é de todos nós. Não sou sectário, nem tenho qualquer sentimento de posse. Gosto de partilhar, de falar com todos e de forma aberta. Faço-o com os senhores deputados e também com todos os senhores Presidentes de Junta”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

Usou de novo da palavra para dizer que “pelo mesmo respeito que tenho para com o senhor Presidente da Câmara, quando ele diz um número, eu gosto de ter a confirmação. E pelo mesmo respeito que me merece, eu volto a pedir-lhe que tenha o mesmo respeito para comigo enquanto deputado e para com esta casa, e responda ao requerimento que foi submetido na última Assembleia e diga claramente qual era a dívida do município. Foi referido o valor da dívida em 2013 e agora. Devia também ter referido qual o valor do montante em caixa, naquela altura e hoje e com uma simples subtração ficamos a saber qual o valor da dívida”.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:20, votos a favor:28**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DA UNIVERSIDADE SÉNIOR DE AMARANTE

Relativamente a este ponto, apenas usou da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, para dizer que a sua bancada votava favoravelmente.

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, foi o ponto posto de imediato à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 5 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO AOS IDOSOS

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 6 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CARLOS ALBERTO CARVALHO MACHADO – PS

No uso da palavra disse que esta proposta de revisão orçamental lamentavelmente não tem um parecer técnico a fundamentá-la. Como tal, é nosso entender que tal proposta assim feita poderá beliscar a legalidade da mesma. Assim, o PS obviamente votará contra.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – P.J. DE VILA CAÍZ

No uso da palavra disse que as revisões orçamentais como sempre e não sendo nada estático, uma vez que poderá haver receitas que foram previstas que podem estar ou não a ser arrecadadas, e há despesas que foram previstas e podem não estar

a ser condizentes com algumas que não foram previstas e agora tem de ser incluídas e daí não perceber a questão do pedido do parecer técnico, uma vez que os documentos estão certamente de acordo com aquilo que a lei exige.

CARLOS ALBERTO CARVALHO MACHADO – PS

Usou de novo a palavra para dizer que a questão era pertinente pelo aspeto de quem estiver a ler a proposta pensa que foi uma proposta que a senhora Vice-Presidente decidiu propor. Só por isso é que nós pedimos que seja acompanhada do parecer do responsável financeiro do município, ao que parece já nomeado.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que “votavam a favor da proposta. Se o PS acha que há alguma ilegalidade, deviam saber qual é o fórum adequado para a dirimir. Contudo é legítimo que o aleguem. Para nós a proposta está suportada, foi aprovada na Câmara e por isso, sugiro que votemos a favor”.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

Usou de novo da palavra para dizer que quem apresenta a proposta é obviamente o Presidente da Câmara aos senhores Vereadores, com suporte financeiro. Dizer que não há aqui suporte técnico é mais uma vez um argumento político e por isso nem vou dizer mais nada.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:20, abstenções:1, votos a favor:29**. Foi também aprovado em **minuta**, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – “CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB 2,3 AMADEO SOUZA-CARDOSO

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra o senhor deputado disse: “por uma questão prática e uma vez que esta Assembleia já vai longa, sugiro que a nossa bancada vote a favor este ponto, bem como o ponto número oito e o nove, uma vez que estamos de tratar de investimentos importantes para Amarante e que já deviam estar feitos, mas que só agora será possível. Na discussão destes pontos na reunião do Executivo, no ponto número sete houve unanimidade na votação. No ponto oito e no nove houve votos contra do PS, vá lá saber-se porquê e no nove abstiveram-se.

FERNANDO JOSE MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra disse que quando o município tem de se substituir às responsabilidades do Estado Central, resolver alguns dos problemas que sentimos na nossa terra, provavelmente vamos ter necessidade como hoje de recorrer no futuro a alguns endividamentos para dar satisfação às necessidades que precisamos. Esta obra é um exemplo disso. Esta é uma responsabilidade do poder central e não do município. O município está a contrair um financiamento, que aumentará o seu endividamento porque o estado está de costas voltadas para esta necessidade há muitos anos. O Executivo deve executar esta obra, mas deve em alguns momentos, equacionar se a deve ou não fazer porque se vamos continuamente substituindo as responsabilidades públicas centrais, uma dia desses receio que possamos não ter condições de executar aquelas obras essenciais para Amarante, a menos que se recorra constantemente ao

endividamento, o que agravará os orçamentos seguintes porque os custos financeiros podem agravar os resultados operacionais dos orçamentos seguintes, ou então, a Câmara vai ter um dia destes de ponderar entre as despesas correntes, diminuindo aos recursos porque as receitas podem não ser suficientes para toda a despesa. Mesmo assim eu voto favoravelmente.

CÂNDIDO ZOIO – PS No uso da palavra disse que a bancada do PS votará favoravelmente este ponto, porque se trata de um equipamento muito necessário, embora o projeto devesse ser revisto, uma vez que a bancada projetada é exígua para o número de turmas existente.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer ao orador anterior que se afinal já havia um projeto porque é que não foi feito? No programa do PS em 2009, já lá estava o pavilhão. Se já lá constava porque é que não foi feito? O senhor Presidente tem resposta para isto? Os projetos estão sempre feitos e alguns ainda devem aparecer por aí um dia destes.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que gostava de recordar o programa eleitoral do PSD em 2017, mas não o posso fazer porque não houve programa eleitoral, porque como o de 2013 não foi concretizado passou para 2017. Onde está o projeto para o Parque Florestal?

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, leu parte do programa eleitoral do PS em 2009, onde pode ler-se que “o pavilhão gimnodesportivo dará resposta às necessidades da Escola e da população. O mandato iniciado em 2017 ainda não acabou. Acabará só em 2021. A política do PS é se não fazem é porque não fazem. Se fazem ou querem fazer vão endividar-se. Não entendo esta narrativa porque a nossa era totalmente diferente. Quanto ao projeto dizem que devíamos ter feito. Quanto ao Parque Florestal, o senhor deputado sabe a resposta. A Câmara não é dona do Parque. Ainda decorre um processo em tribunal e o processo ainda não está resolvido. Agradeço senhor deputado que se tiver alguma hipótese de exercer influência junto do seu governo contribua para que a Câmara tome posse do parque para aí investir o que puder investir”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que em 2013, também estava no programa eleitoral do Afirmar Amarante o mesmo pavilhão, portanto estão a falhar. Relativamente ao Parque Florestal, também ouvi dizer na campanha de 2013 que já estava tudo acordado e que as obras no Parque iriam começar quase logo no dia seguinte.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse subscrevia integralmente o que disse o senhor deputado Moura e Silva porque efetivamente estamos a caminhar para um período em que as autarquias virão a ter cada vez mais funcionalidades. Isso até seria razoável, se não fosse elas a ter de as pagar. Eles arrecadam e nós temos de arranjar formas de pagar. Isto começa a ser complicado. Ainda há pouco falamos do PART, ouvimos dizer que era a medida do século, mas não sei como é que isto irá acabar. Em 2020 temos 10%, em 2021, temos 20% e depois teremos 100%. Isto é complicado e deve levar-nos a refletir. Vamos ter de exigir outro tipo de tratamento por parte do estado central, seja que governo for. Isto não tem a ver com partidos. Todos chegam ao governo e esquecem-se efetivamente que autarquias como Amarante precisam de ter uma atenção especial. Não quero discriminação. Apenas quero ser tratado de forma igual e nem

sempre isso acontece. Nós substituímos o estado em tudo. Veja-se nas escolas, onde não falamos só de pavilhões. Veja-se a EB2-3, onde a Câmara vai ter de reforçar o investimento na execução porque na programação que foi feita no Portugal 2020 Amaranante foi esquecida. Isto revolta, porque estamos todos aqui a fazer demagogia, em vez de fazerem um discursos que defenda os interesses dos nossos munícipes, porque fica bem dizer que “nós fizemos um projeto, vocês não têm projeto e desde 2013 que têm a promessa de o fazer”, mas nós vamos executá-lo. Não vamos fazer tudo porque não dá. As receitas são o que são. Quando se analisam as contas, se calhar era perguntar porque é que algumas das rubricas se alteraram. É verdade que aumentou a despesa com pessoal porque mais uma vez tivemos de cumprir a lei e por essa razão ficamos com menos orçamento. A energia está sempre a aumentar e com isso também temos menos orçamento. As transferências para a Câmara não estão a aumentar e a exigência daquilo que a Câmara tem que fazer está sempre a aumentar todos os dias. A pressão que os senhores fazem e bem para que se compre tudo é legítima, mas é preciso dinheiro para isso tudo. Quanto ao pavilhão, eu senhor deputado, gostava de fazer lá a Pala do Siza, mas não tenho dinheiro para isso. Mas sabe vai lá ser feito um pavilhão que dá para a prática desportiva de todas as modalidades, para uso da escola e das pessoas externas à escola. Por isso será criada uma entrada independente, para haver uma separação com a escola para que à noite possa ser usado pelo resto da população. Vão ser também melhorados os arranjos exteriores, por forma aprestarmos também um serviço à população depois de terminadas as aulas. Se passamos de dois milhões de euros para um milhão, acho que fizemos o que era correto.

Para terminar, quero dizer que estou cansado da demagogia relativamente ao parque florestal. De uma vez por todas deixemos de andar aqui a brincar com o património que é dos amarantinos. Aquilo não é meu, não é seu, é de todos. Quando ele foi comprado pelo António Lago Cerqueira à quinta de Codessais foi para entregar aos serviços florestais para instalar serviços que ficassem à disposição de todos. Foi um visionário e fez muito bem fazê-lo. O que nós queremos é manter e não fazer nada megalómano. Na altura, havia o visionar de uma ponte que agora será deslocada para outro sítio. O projeto está feito e havendo capacidade de financiar faremos. Se não houver, não faremos. Aquilo que era o nosso propósito para o Parque Florestal continua exatamente igual ao primeiro dia em que eu decidi que aquele parque tinha de ser novamente aos Amarantinos. O senhor sabe muito bem porque é que ainda não está na posse da Câmara. Não está por causa da partidarite uma vez que houve pressão política por causa das eleições para que não me fosse entregue. Ainda esta semana tive o cuidado de falar com o senhor Presidente do ICNF, que é o senhor engenheiro Rogério Rodrigues, a quem disse que esperava que agora se possa resolver este assunto. É urgente fazer a limpeza e a manutenção dos equipamentos de mobiliário urbano. Disse-lhe que já temos a contraproposta relativamente àquilo que era na altura o protocolo que nos foi enviado pelo ICNF. Eu ainda não assinei o protocolo, porque se não tivessem havido as peripécias que houveram eu já o tinha assinado porque eu acredito na boa-fé das entidades. Acontece que o protocolo só diz que ficamos com o terreno, limpamos e mais nada. Nem sequer dão autorização para fazer obras. Eu tinha que depois, caso a caso estar a pedir autorizações. Perante isto, disse ao Presidente do ICNF que não aceitava esta proposta, porque posso vir a ser enganado. Eu posso quer fazer a sede dos Escuteiros lá, ideia inicial do projeto ou um parque infantil, ou remodelar o campo de ténis e não me deixarem. Depois em 2021, íamos andar aí com parangonas que o senhor Presidente da Câmara prometeu e não fez. Eu não volto a ser enganado e quando aceitar no mínimo quero o mesmo que foi feito para Vila Real e venha a carta de intenções onde eu já disse o que quero fazer e que juntamente com ela venha a autorização prévia para eu fazer as obras. É muito simples. Quero que me deixem, fazer a sede dos escuteiros, que me deixem fazer um parque infantil, que me deixem remodelar o campo de ténis, que me deixem deitar abaixo os barracos que por lá existem para dar dignidade ao espaço e que me deixem meter iluminação e mobiliá-

rio. Enquanto isso não acontecer eu não aceito o protocolo. O Presidente do ICNF não impediu nada. Quem impediu está acima dele. E quem poderá ser? Eu não sei. De uma vez por todas deixemos a demagogia, porque este é um equipamento que deve ser devolvido aos Amarantinos para ser tratado como deve ser tratado. Tenho pena de ainda não ter cumprido a minha promessa, mas se não a cumpri foi porque não me deixaram. Não venham para aqui dizer que foi por culpa do senhor Presidente da Câmara.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que ficava contente que o senhor Presidente da Câmara tenha dito que o problema do Parque tenha a ver com partidarite. Mas em 2013, fala-se já em Parque Florestal. Entre 2013 e 2015 o governo era PSD/CDS. Foi por partidarite? Factos são factos. Sérgio Pinto Monteiro, membro do PSD, diz-lhes alguma coisa?

Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 8 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – “AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS”

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que o PS votará contra esta proposta, até porque são confrontados com um conjunto de empréstimos no valor de um milhão cento e vinte e oito mil e dez euros, empréstimos esses para diversos terrenos e equipamentos. Contudo, na proposta não está discriminado o que é que é para fazer o quê. Não se consegue perceber o que é que esteve na base da negociação do terreno, porque não se sabe se foi barato ou se foi caro. Portanto, como não está devidamente fundamentada a proposta para percebermos o que estamos a contratualizar e a bem do rigor e da gestão dos dinheiros públicos o PS vai votar contra.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que votarão a favor em causa terrenos para terminar obras importantes. Sistema Viário de Vila Meã – toda agente sabe o que falta fazer em Vila Meã. Zona industrial de Aboadela, requalificação da Avenida Alexandre Herculano, ampliação do Terminal Rodoviário, são também obras que toda a gente sabe serem necessárias. Portanto, são investimentos relevantes e para isso é preciso adquirir. Referiu também a aquisição da Quinta da Igreja em Figueiró, habitação do Arcebispo de Nampula e aquisição de terrenos nas imediações do Mosteiro de Telões. Por tudo isto a bancada do PSD vota a favor.

JOSÉ LUÍS GASPARGORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse: “a proposta diz que quais são os terrenos a adquirir. Falando em montantes, o Sistema Viário de Vila Meã fase 2 terá um valor de duzentos e setenta mil euros. Para a zona Industrial de Aboadela será adquirida mais uma parcela de terreno que vai ser paga em várias tranches, sendo que a próxima será paga, espero eu, com receitas provenientes da Derrama, com um valor de trezentos e trinta e seis mil euros. Para a requalificação da Avenida Alexandre Herculano, será necessário adquirir um terreno, que já aqui foi falado, para podermos tirar os carros que por ali estacionam, e criam um caos diário. A ampliação do parque de estacionamento do terminal rodoviário exige a compra de uma parcela contígua ao parque que custa trinta e um mil e setecentos euros. A aquisição de terreno na Quinta da Igreja em Figueiró, para que no futuro se possa fazer a IPSS com o valor de duzentos e quinze mil euros.

A única dúvida que poderia haver é nesta que agora vou referir que é a aquisição da habitação do senhor Arcebispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, em Aboim, e que tem o valor de noventa e sete mil setecentos e cinquenta euros. Esta habitação tem importância a vários níveis para a freguesia e que no futuro poderá ser usada para trabalhar a parte social. Podem perguntar porque é que ele não deixou o legado à câmara, mas seria também vontade de que esta casa pudesse um dia servir a freguesia. Eu acho que pelo montante e pela importância que esta casa tem será uma boa aquisição. Por último temos um terreno nas imediações do Mosteiro de Telões por noventa e cinco mil euros que vai servir para vários fins, nomeadamente o da requalificação de toda a área envolvente ao mosteiro.

Sendo assim, estão mais do que habilitados a votar”.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que o PS votará contra esta proposta, porque a proposta não trazia nenhuma explicação que o senhor Presidente deu agora. Parece haver uma nova forma de gestão; primeiro faz-se o empréstimo e depois é que vamos ver o que vamos comprar. Como não passamos cheques em branco e gostamos de ver como é que é gasto o dinheiro, mantemos o nosso sentido de voto.

VITOR BRIGA REI – PSD

No uso da palavra perguntou ao senhor deputado Cândido Zoio se ele achava que primeiro a Câmara devia negociar os terrenos todos, comprá-los e só depois é que se devia avançar com os empréstimos? Ou acha que não se deviam fazer os negócios? Será que depois das explicações que ouviu vai manter o seu sentido de voto?

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo a palavra para dizer e perguntar ao senhor deputado Cândido Zoio como é que ele quer que se processe todo este processo. O que aqui se discute é um empréstimo e não a compra de nenhum bem. Há-de ir à reunião de Câmara, há-de ser aprovado ou rejeitado e só depois é que se avançará com a aquisição. Agora, eu pergunto-lhe como é que o senhor quer que eu faça isto? Levo á reunião de Câmara o quê? Gostava de perceber como é que legalmente o senhor deputado quer que eu faça, para que eu no futuro possa tomar a medida que o torne satisfeito. Se a explicação for boa, eu a partir daí farei como o senhor diz.

CÂNDIDO ZOIO – PS

No uso da palavra disse que esta maioria tem seis Vereadores. Antes havia a correlação de quatro, quatro, um e aí essas explicações eram dadas.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente da Câmara usou de novo a palavra para dizer que ficou esclarecido e sendo assim vai passar a proceder de acordo com aquilo que acabou de ouvir. Os senhores deputados irão ter a oportunidade de discutir a aquisição dos terrenos. O montante que aqui está foi proveniente de uma avaliação. Se vamos adquirir ou não, será um processo a seguir, que eu irei apresentar com dotação orçamental para ser aprovado. É este o modus operandi e não aquele que o senhor deputado acabou de dizer.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:19, abs-tenções:1, votos a favor:29**. Foi também aprovado em minuta, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 9 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS, AO ABRIGO

DO ART.º 51º, Nº 1, DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS”

Relativamente a este ponto, apenas se inscreveu para usar da palavra o senhor deputado **CÂNDIDO ZOIO**, para dizer que o sentido de voto da sua bancada relativamente a este ponto é a abstenção.

Assim, como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra passou-se de imediato à votação deste ponto. Apurou-se o seguinte resultado: **votos contra:0, abstenções:19, votos a favor:29**. Foi também aprovado em minuta, por **UNANIMIDADE**, para assim poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 10 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DA GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO “SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” NO CONCELHO DE AMARANTE

Inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

MANUEL PINHEIRO – PS

No uso da palavra disse que para melhor poder votar gostava de ser elucidado pelo senhor Presidente acerca deste contrato. Tenho algumas dúvidas e parece-me que a Câmara tenha concessionado a rede à EDP, que é detentora dela até 2022, ano em que a ANMP renegociará estas situações, será que a EDP deverá ter conhecimento deste procedimento. A EDP nunca quis ter a iluminação pública, porque é um grande encargo que dá imenso prejuízo. A EDP numa situação destas ficará contente em ver-se livre deste procedimento.

Disse ainda ao senhor deputado Dr. António Araújo que mais que uma vez pronunciou a frase que ficou celebre de que *“quem passa os cheques sou eu”*. Efetivamente isto foi dito nesta casa, mas não na Assembleia Municipal, mas numa reunião de Câmara em que um dos Vereadores na altura presentes convivia mal com a democracia e esta frase foi dita num ambiente de crispação verbal, a roçar quase a violência e não foi com aquele sentido do “eu quero posso e mando”. Aliás, todos sabemos que a pessoa que a disse é profundamente democrático e por essa razão o povo Amarantino até lhe deu a vitória por quatro vezes. “Só por isso é que eu faço este reparo”.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra referiu que “ não estou a por em causa o espírito democrático do Dr. Armindo Abreu. Apenas estou a constatar factos. A frase foi efetivamente dita, mas numa reunião da Assembleia Municipal antes da votação do orçamento, para 2009. Aliás, há aqui várias testemunhas que o podem confirmar. Relativamente a este ponto, quero dizer que há aqui uma poupança significativa e espero que isto se concretize”.

MANUEL PINHEIRO – PS

Usou de novo a palavra para dizer que a frase foi efetivamente dita numa reunião de Câmara. Lembra-se bem disso porque nesse dia até veio assistir à reunião de Câmara, onde estava o senhor Ferreira Torres, o Dr. Ricardo, o engenheiro Luís Ramos, o senhor Sardoeira, o Dr. Armindo, a Dra., Octávia e o engenheiro Carlos Silva. Foi perante uma proposta do senhor Ferreira Torres, que o Dr. Armindo Abreu proferiu essa frase. Também não digo que a mesma frase não tenha sido dita num outro contexto.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Usou de novo a palavra para dizer que não contrariava o senhor deputado, mas pelos vistos houve outro contexto onde essa frase foi dita. Mas isso não invalida que na

discussão do orçamento para 2009 e nesta Assembleia que isso também tenha sido dito. Afinal já foram dois contextos que isso foi dito.

JOSÉ LUÍS GASPAS JORGE – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que relativamente à questão que foi colocada pelo senhor Manuel Pinheiro há duas coisas distintas. Uma delas efetivamente tem a ver com a gestão e a concessão ou não à EDP da energia em baixa tensão, e iremos ver que posição o município de Amarante irá ter em relação a esta matéria. Este assunto terá de merecer uma ampla reflexão relativamente à posição que devemos tomar. Eu tenho uma opinião própria, até motivado pela visita que fiz a uma pequena unidade em Paredes, a CELER onde é feita a gestão de energia em baixa tensão desde o 25 de Abril, sabendo-se que há oito cooperativas a nível nacional que o fazem, todas na zona norte e fiquei agradavelmente surpreendido com o sucesso desta gestão. Ainda há pouco falávamos em aumentar a receita do município. Acho que devemos refletir sobre essa matéria e se deveremos ou não fazer a gestão, mas isso é um campo que não tem nada a ver com aquele que estamos aqui hoje a discutir. Acredito que todos poderão ajudar para tomarmos a melhor decisão. Numa reunião que tivemos em Barcelos só se falou dos custos. Ninguém falou dos proveitos. Eu gostava de fazer a gestão porque entendo que o município teria capacidade para o fazer, mas isso obedece a uma reflexão bastante ampla.

Neste ponto, estamos a falar de iluminação pública, de mudar as luminárias que terá um investimento de quatro milhões e oitocentos mil euros para mudar tudo para luminárias eficientes com tecnologia LED. Já abrimos concurso e já há uma listagem que está homologada de empresas que podem concorrer. O grau de eficiência que vamos ter andar à volta dos 76%. Desta eficiência dos 76%, há uma percentagem de 60% que ficará para a empresa que vai investir, porque a Câmara não vai investir qualquer dinheiro. Este acordo vigorará cerca de doze anos. Quarenta por cento dessa eficiência dos 76% ficará para o município, ou seja iremos pagar a menos na fatura. Em moldes gerais é isto. A EDP não tem de se pronunciar acerca desta matéria”.

MANUEL PINHEIRO - PS

Usou de novo a palavra para dizer que é ótimo haver a preocupação de ser atingida a eficiência energética. Mas eficiência energética não tem a ver só a mudança das luminárias. Tem muito a ver com a qualidade da rede que está obsoleta e onde já se verificam imensas perdas. Sabe-se também que os contadores estão dentro dos PT, bem como os aparelhos de corte. Em caso de avaria, com quem estão as chaves de acesso? Quem vai resolver as avarias dentro do PT? Por isso é que eu digo que a EDP tem de estar por dentro deste processo e por isso é que eu digo que é preciso ter cuidado, analisar bem a proposta, porque tudo isto pode levar a que a EDP saia ganhadora neste processo.

ANTÓNIO JORGE RICARDO – P.J. DE VILA CAIZ

No uso da palavra disse que ultimamente a substituição de lâmpadas na iluminação pública está a demorar muito tempo. Antes demorava cerca de cinco dias. Espero que esta situação não piore essa relação da EDP para com a iluminação pública.

O senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, usou de novo a palavra para dizer que há uma excelente relação com a EDP e todo o processo será acompanhado por eles e terá de haver uma estreita relação para que tudo possa funcionar bem. Disse que conhecia a situação de Paços de Ferreira e pelo sabe o serviço funciona bem. Disse também que é verdade que ultimamente a EDP não tem sido célere na reparação das avarias e neste momento há centenas de reclamações, mas na última reunião que tiveram foi prometido que a partir de agora irão imprimir maior celeridade na resolução dos problemas. A responsabilidade da manutenção será da EDP.

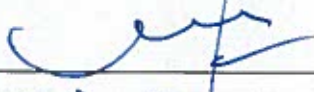
Como mais nenhum senhor deputado se inscreveu para usar da palavra, o ponto foi posto à votação, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

PONTO Nº 11 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA | DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Como ninguém se inscreveu para usar da palavra relativamente a este ponto, passou-se de imediato à votação do mesmo, tendo sido aprovado por **UNANIMIDADE**. Foi também votado em minuta, por **UNANIMIDADE**, para poder produzir efeitos imediatos.

Como não havia mais nenhum assunto a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando eram zero horas do dia um de maio. Da reunião foi lavrada a presente ata, que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____



O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

